



SANTO ANTÔNIO

É FESTEJADO

Com o entusiasmo de sempre, várias Matrizes e Capelas da Diocese de Propriá estão festejando mais uma vez o seu Padroeiro, Santo Antônio.

Em Propriá, o trezenário e as comemorações populares congregaram toda a comunidade.

O mesmo se deu em Neópolis, em Ilha das Flores e outras localidades.

Trata-se de uma tradição guardada com devoção e carinho e que vai passando religiosamente dos pais para os filhos, uma corrente tricentenária de solidariedade, ligando o presente ao passado.

Como Bispo de Propriá, eu me integro também nessa corrente, e faço absolutamente questão que seus elos, nunca, mas nunca mesmo, se quebrem.

Estou certo de que, se hoje vivesse entre nós, Santo Antônio faria pelo povo o que temos tentado fazer.

Região agrícola, com mil e um problemas, ela exige de nós muita humildade e muita coragem para podermos ser o Pastor Diocesano de mais de duzentas mil pessoas que aqui vivem ou tentam sobreviver.

Coragem, porque os problemas são muito sérios.

Humildade, porque devo reconhecer que muitos deles são muito além das minhas possibilidades.

Este número de "A DEFESA" quer mostrar, de algum modo, a dimensão desses problemas.

Escolhido pela Comissão Nacional da Terra - CPT - para representar todos os nove Estados do Nordeste na Comissão Parlamentar de Inquérito em Brasília, a 20 de abril, procurei dar uma idéia, pálida embora, do sofrimento do nosso homem do campo. Muitas

vozes se levantaram contra o meu

depoimento, mas outras vozes, muito mais numerosas e de todas as partes do Brasil, me hipotecaram solidariedade.

Aqui vai uma visão geral do que se deu.

Ao Leitor inteligente cabe agora o julgamento.

+ José, Bispo de Propriá

A DEFESA

Orgão Informativo da Diocese de Propriá
Registrado no livro 7, folhas 121, nº 255, a 08/10/1941
Cartório do 1º Ofício de Registro de Títulos e Documentos, em Aracaju - Se
Diretor Responsável: D. José Brandão de Castro
Redação: Av. Pedro Abreu de Lima 482 - Propriá-Se
Tiragem: 1.000 exemplares - Distribuição gratuita entre os colaboradores

3ª FASE - Nº 620 - PROPRIÁ - SE - 13 de JUNHO de 1977

D. JOSÉ BRANDÃO DE CASTRO

FALA AOS DEPUTADOS

SOBRE PROBLEMA FUNDIÁRIO

TRECHO DO JORNAL - A TARDE - TERÇA-FEIRA, 17 DE MAIO DE 1977

Exmos. Srs. Membros desta CPI,
Exmos. Srs. Parlamentares:

Atendendo à convocação que me foi feita, aqui me encontro para dar o meu depoimento sobre o Sistema Fundiário, restringindo-me, porém, à área do Nordeste, e especialmente aos Estados de Bahia e Sergipe.

Procurarei ser fiel aos fatos, a eles me referindo, quando for o caso, com a maior imparcialidade possível.

De alguns sou testemunha; De outros tomei conhecimento na base de informações colhidas em fontes fidedignas.

Entretanto, mais o que repisar o que já é fartamente divulgado em todo o Brasil, por meio os veículos e comunicação social, o que mais tenho em vista, neste momento, é manifestar o apoio da região que represento, como pessoa de Igreja, aos trabalhos desta CPI, que teve a coragem de enfrentar um problema considerado sempre como dos mais explosivos entre nós, qual seja o nosso Sistema Fundiário, um complexo de erros que se vêm acumulando, através de nossa história.

Permitam-me parabenizá-los por esse gesto que muito contribui para realçar a legalidade da discussão do problema fundiário, já que nem faltam os que tentam em menoscar ou burlar as leis que regem a matéria, nem os que tacham de subversivos aqueles que tentam equacionar e resolver tal problema, de acordo com os imperativos da Justiça Social.

Em contato permanente com o povo, os Agentes de Pastoral dos nove Estados de nossa região defrontam-se a cada passo com numerosos conflitos de terra, dos quais alguns chegam a tornar-se notícia, porém a maioria passa despercebida do grande público.

E a respeito desses conflitos que pululam no Nordeste que venho depor perante esta egrégia Comissão.

GRILAGEM PISOTEIA OS MANDAMENTOS DA LEI

Intérprete das vozes dos trabalhadores nordestinos, venho, em primeiro lugar, COBRAR A LEGALIDADE no problema fundiário, denunciando a realidade da GRILAGEM, solidarizando-me com outras vozes das Igrejas.

A grilagem de terras devolve o nosso País aos tempos pré-civilizados, da força bruta como forma de relacionamento entre as pessoas, despreza os artigos de nosso Código Penal que, incisivamente, protegem a vida, a integridade física, a propriedade e o interesse público, assim como despreza o Código Civil e o de Processo Civil, cujas normas definem o conteúdo e as formas das relações entre sujeitos de direitos iguais perante a Lei. Faz tabula rasa da letra e das intenções do Estatuto da Terra, excelente instrumento legal que deveria ter trazido um pouco de democracia e igualdade ao campo, mas que, infelizmente, junta poeira nas gavetas das que deveriam ser seus aplicadores. A grilagem, ainda, apaga o nome do Brasil do rol dos países que subscreveram a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Arrenga os justos ensinamentos cristãos das Encíclicas Sociais, onde está exposto um pensamento cristão voltado para a justiça social.

Por isso é que DENUNCIAMOS, em nome dessa legalidade e de uma fé na dignidade do homem, o crime de Grilagem sob todas as suas formas, exigindo, contra este crime, a aplicação rigorosa da punição que lhe cabe e o apelo e incentivo às formas justas de resistência contra ele. A grilagem de terras se tornou um ato tristemente rotineiro, como mostramos em nosso relatório, e os conflitos se multiplicam em todo o Nordeste, provocados pelo grileiro com seus capangas armados e pela ameaça explícita; pela pressão econômica irresistível; pela falsificação de documentos, onde sempre se apresenta a triste convivência do nosso sistema medieval de cartórios e tabelionatos, incompatíveis com uma concepção democrática de Justiça; e por mil outras formas de fraude e coação.

Mas a grilagem é mais do que um ato: é um processo que, ao lado dos capangas e seu chefe, com seus auxiliares, modestos ou importantes, têm os MANDANTES e principais beneficiários, diretos ou indiretos, conscientes ou não. Vemos, através da análise dos muitos ca-

sos, que as forças agressoras são de dois tipos: oficiais, como as companhias estatais CODEVASF E CHESF, ou de economia mista, como a Flonbra, do Sul da Bahia; e privadas, como os grandes grupos econômicos nacionais e estrangeiros, as imobiliárias e os especuladores de terras. Essas forças agressoras são estimuladas — é o mínimo que se pode dizer — por mecanismos oficiais, tais como o sistema de incentivos fiscais e creditícios, inacessíveis ao pequeno agricultor, e às vezes também ao médio, e que terminam por acelerar a especulação imobiliária, atraindo a atenção dos açambarcadores sobre áreas antes tranquilas, formando gigantescos latifúndios anti-sociais às custas de um dinheiro que, muitas vezes, é público, resultante de impostos que deixam de ser pagos. Ou como a inoperância do INCRA — Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — trabalhando a passo de cágado na discriminação de terras e na distribuição de títulos de propriedade a colonos, em número irrisório, em nada alterando a precariedade de nossa situação fundiária, caracterizada pela extrema concentração das terras em mãos de poucos, que as mantêm muitas vezes ociosas.

A agressão do grileiro contra o pacífico trabalhador também é facilitada pela falta de informação objetiva para a opinião pública nacional e pelo segredo que cerca os projetos de desenvolvimento agrário; o resultado disso é a dificuldade para que os cidadãos discutam as medidas que estão sendo tomadas ou que estão em planejamento, ficando eliminado o debate e a possibilidade de exigir a punição de culpados por transgressões da Lei.

O resultado de tudo isso aparece na IN-SEGURANÇA GERAL que a grilagem traz, ferindo todos os direitos básicos do nosso povo: o direito à propriedade e ao cultivo da terra, indispensável à subsistência, tornada impossível pela expulsão e consequente migração forçada para distantes terras, já também em conflito, ou para a periferia das nossas inchadas metrópoles; o direito ao trabalho, uma vez que são retiradas as condições objetivas em que ele pode ser exercido; para o consumidor comum, é a privação do direito a um abastecimento normal dos gêneros de primeira necessidade, de produtos triviais como o feijão e a mandioca, recentemente devorados pela crise da agricultura apelidada de tradicional, desmantelada pelo processo aqui descrito, em favor dos incentivados produtos "nobres", destinados à exportação. Tal processo tem como consequência o enriquecimento de uns poucos às custas do empobrecimento da maioria, concentrando a desigualdade entre ricos e pobres (digo aumentando a desigualdade entre ricos e pobres).

O povo agricultor, através de inúmeras abaixo-assinados, petições e manifestações públicas, exige e espera a punição dos autores desses crimes que se inserem na cadeia do processo de grilagem de terras. A Justiça não pode, nessa punição de desmandos que a consciência democrática do País está exigindo, poupar mandantes e executores porque estejam protegidos pelo poder, de que abusam, nem pelo dinheiro, com que corrompem, mas julgará com menção e eficiência, que só podem decorrer de sua efetiva liberdade de exercício apoiada em suas garantias.

O povo também resistirá com suas forças numa resistência justa, já que se trata de uma auto-defesa, em que estão em jogo a sua segurança pessoal e a de sua família, seus bens e seu meio de vida: tal auto-defesa, que é sobretudo preventiva, deve contar com a livre organização do povo em seus organismos associativos, sem as pressões e interferências que, até agora, têm diminuído a efetividade da defesa dos direitos do agricultor, tal como acontece com o sindicato de trabalhadores rurais e outros organismos, conforme se vê em vários casos concretos ocorridos na área nordestina, mas também em todas as regiões do País.

Do mesmo modo, as vezes que se acamaram à do trabalhador rural, na denúncia dos crimes de grilagem, que é denúncia da insegurança do povo agricultor e até da coletividade toda, não deverão ser ouvidas com estranheza e rotuladas de agitação, como muitas vezes se faz, pois isso só terminará beneficiando ao grileiro. Trata-se, pelo contrário, do exercício de um dever cívico, de uma contribuição, em última análise, para dar legitimidade popular ao ordenamento jurídico nacional.

Deputados denunciam bispo de comunista

Os deputados arenistas Jairo Sento Sé e Stoessel Dourado denunciaram o Bispo de Propriá, Dom José Brandão, como "comunista" na reunião da Mesa Diretora da Assembléia Legislativa, que, por unanimidade, decidiu pela criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar a grilagem de terras na Bahia. Os parlamentares, juntamente com o vice-líder Manoel Passos, se insurgiram contra a CPI, tendo o Sr. Stoessel Dourado afirmado que o documento do Bispo — que denuncia a grilagem — "é imoral e irreverente" e que "a Igreja está cheia de comunistas".

A atitude dos três parlamentares, que haviam antes colocado suas assinaturas ao requerimento inicial de autoria do líder do MDB, pedindo a CPI da grilagem e devastação das florestas na Bahia, mereceu reprovação de deputados das duas bancadas.

O FENÔMENO SOCIAL DA GRILAGEM

Tomou toda a tarde de ontem a discussão em torno da formação da CPI da grilagem. Durante os debates os ânimos se exaltaram ante a tentativa de obstrução da CPI pelo vice-líder do Governo, Stoessel Dourado.

A certa altura dos acontecimentos, o líder da minoria e autor do requerimento pedindo a CPI, Sr. Elquisson Soares, chegou a se desesperar, dizendo:

— Lavo minhas mãos. Meu dever eu cumpro.

Mas teve de se acomodar

adotando, segundo explicou a tática da "negociação para obter vitória". Queriu o Sr. Stoessel Dourado sustentar o argumento de inconstitucionalidade e o não cumprimento de algumas formalidades" necessárias à criação de uma CPI de acordo com a Constituição do Estado e com o Regulamento Interno da Casa. E pediu à Mesa que obrigasse o Sr. Elquisson Soares a redigir outro requerimento onde, após as formalidades fossem observadas e novamente se colhessem assinaturas. Mas o presidente da Assembléia, investido na condição de relator, sobre a constitucionalidade da formação da CPI, Sr. Renan Baleeiro, interveio energicamente afirmando:

— Acho demasiadamente formal esse requerimento destinado a cumprir filigranas jurídicas. A grilagem é um fenômeno social que interessa a todos e se alguém achar que a CPI para sua apuração não deva ser formada nesta Casa retire sua assinatura até amanhã quando será declarada criada.

O deputado Archimedes Pedreira Franco deu também sua opinião dizendo:

— Será que a Assembléia Legislativa tem medo de investigar algum fato? Vamos apurar. Deixemos de lado as filigranas jurídicas ou outros interesses.

Nesse instante, outro vice-líder do Governo, o Sr. Manoel Passos, se insurgiu contra a criação da CPI, criticando um dos requerimentos do Sr. Elquisson Soares encaminhando documentos que melhor elucidariam a necessidade de se apurar a grilagem de terras



Renan é a favor da CPI

nas diversas regiões baianas;

— O requerimento nada adita. É uma acusação de que o ex-Governador Juracy Magalhães é grileiro. Sou contra a CPI.

Renan Baleeiro:

— Não concordo. Vou ler o trecho em que fala a respeito do ex-Governador Juracy Magalhães e vocês verão que nada existe em termos de acusações. Trata-se de um documento baseado em declarações do Bispo de Propriá.

Passos:

— O requerimento está cheio de vícios.

Elquisson Soares:

— Por que V. Exa. assinou? O requerimento hoje é da Casa e não mais de Elquisson. Temos o parecer favorável do relator que deve ser submetido à votação.

Manoel Passos:

— Minha posição é contra e me anticipo ao ponto de vista do Governador do Estado.

Renan Baleeiro:

— O Governador, não. O Governador está fora disso. Apreciado pelo Executivo o requerimento de Elquisson em aditamento ao anterior, a criação da CPI estará ratificada.

Antes de ser iniciada a votação, os Srs. Stoessel Dourado e Jairo Sento Sé levantaram-se e foram até o Sr. Renan Baleeiro pedindo para retirar suas assinaturas do requerimento da CPI de grilagem. Aquela altura, vendo-se derrotados em seus pontos de vista e pro-

pósitos, apelaram para o campo ideológico:

— O documento do bispo de Propriá é imoral e irreverente. A Igreja está cheia de comunistas. Retiro minha assinatura — disse Stoessel.

Jairo Sento Sé também falou:

— Sou senhor dos meus atos. O Bispo de Propriá é comunista.

Foi iniciada a votação dando um resultado de 6 votos a 0 pela formação da CPI da grilagem. Faltou apenas um deputado, o Sr. Gutemberg Amazonas, que se encontrava em Itabuna e cujo voto na Mesa Diretora era considerado como certo. Votaram em favor da criação da CPI os deputados Renan Baleeiro, Archimedes Pedreira Franco, Fernando Daltro, Augusto Matias, Ana Oliveira, e Raulino Queiroz.

Na sessão plenária de hoje será anunciada a criação da CPI da grilagem e devastação de terras. O deputado Renan Baleeiro, ao levantar-se da Mesa comentou:

— A CPI da grilagem foi feita não para inocentar culpados, mas para fazer justiça quanto aos que são acusados injustamente por erros não praticados.

DOCUMENTO EXPLOSIVO

No gabinete da liderança do MDB, o deputado Elquisson Soares revelou trechos do documento de autoria do Bispo de Propriá, Dom José Brandão, considerado "explosivo" pelos políticos balanos e que causou a revolta dos três parlamentares da bancada da Arena.

Segundo o documento do Bispo de Propriá as principais empresas atuando na região são: Flonibra — firma de reflorestamento, subsidiária da empresa estatal Vale do Rio Doce, que teve autorização federal para comprar 150 mil hectares de terra do Estado, para reflorestar e os transformou em 600 mil hectares, sendo que a maior parte já é floresta. Indústria Cabrália S.A. — Grupo Aracruz, Fazenda Cabrália, de 120 mil hectares para reflorestamento. Grupo Sloper; Souza Cruz; Moreira Sales e Juracy Magalhães, além do BNDE. O preço do alqueire passou de 4 mil para 30 mil cruzeiros; a Aracruz está indenizando posseiros por 7,5 mil cruzeiros; e diz que, se eles não aceitarem, vão ficar cercados de eucaliptos.

— São assim — explica o parlamentar com base em documentos — milhares de posseiros e pequenos proprietários que se vão tornando bóias-frias ou migrantes. A região toda está se transformando num deserto, na espera de vir a ser um gigantesco eucaliptal ao lado de um pasto imenso, nos lugares onde outrora numerosos lavradores tiravam o seu sustento.

— Em Camamu, a Firestone vem expandido suas plantações de seringueiras, através de toda espécie de pressão sobre os pequenos agricultores vizinhos, para forçá-los a abandonarem suas terras, vendendo-as por preço irrisório. Na Chapada Diamantina, no Vale do Paraguaçu; na região de Feira de Santana e no Recôncavo, encontramos a mesma situação. A partir de 1970, quando se iniciou a construção da BR-242, grandes latifúndios começaram a entrar na região, onde encontraram terras férteis e baratas, em grande parte ociosas. Parte destas terras encontravam-se ocupadas por numerosos trabalhadores rurais, posseiros, arrendatários e parceiros, responsáveis pela maior parte da produção de mandioca, feijão, milho e, principalmente, mamona, que passou a ser o sustentáculo da região após o declínio do garimpo.

— Os novos proprietários, interessados em implantar projetos de pecuária extensiva ou de café, pouco caso fizeram dos pequenos lavradores ali instalados. Começaram, então, a expulsar ou tentar expulsar os antigos ocupantes, usando das mais variadas violências,

como é de praxe nestes casos: expulsão pura e simples sem indenização, ameaças, casas queimadas, roças destruídas, etc...

— Em Andaraí, onde, segundo o censo de 1970, 90% da população são constituídos por trabalhadores rurais, a gradativa substituição das roças pelo capim e das famílias de posseiros pelo gado, teve consequências desastrosas. Em primeiro lugar, caiu sensivelmente a arrecadação municipal, o comércio entrou em crise e subiram os preços dos gêneros de primeira necessidade.

— Segundo os assessores jurídicos da FETAG: as pastagens do latifúndio monocultivo, impelindo para fora da terra os trabalhadores rurais, concentrando a terra e a renda, estão levando o município a falência.

— Na mesma região, no município de Itaberaba, as autoridades locais não escudem seu descontentamento perante a teimosia dos pequenos que têm a ousadia de resistir a agressão dos grandes. O pequeno sindicato de lá tem sua oficialização travada pela negação do Prefeito (na época o Sr. Eli da Rocha) de reconhecer-lo. Este está ligando a fazendeiros locais que, evidentemente, não querem saber de sindicato e o delegado local, por própria iniciativa, invadiu e fechou sumariamente sua sede.

INTERESSES DE DEPUTADOS

Segundo se comentou, ontem alguns deputados tem altos interesses em jogo ao combater a formação da CPI da grilagem e a divulgação dos seus resultados. Lembrou-se na Assembléia o caso do deputado Márcio Cardoso, um turista do Legislativo, que lá pouco apareceu pelo fato de estar à frente de um patrimônio de cerca de 150 mil hectares na região do São Francisco. De uma forma ou de outra o assunto vai dar causa a muitos debates e choques dentro do próprio legislativo.

Hoje, o líder da minoria promete divulgar uma relação de cerca de 200 grileiros de terras famosas no interior baiano, alguns dos quais fizeram fortunas assasinando posseiros e trabalhadores rurais, reunindo em suas mãos quase todo o solo fértil do Estado da Bahia.

Bispo contra grilagem, deputados contra bispo

A TARDE - QUINTA-FEIRA, 12 DE MAIO DE 1977

A ação social da Igreja muitas vezes não é compreendida na sua exata dimensão. E não raro seus representantes são qualificados de comunistas, em denúncias sem fundamento maior a não ser o de alicerçar argumentos por si mesmos inócuos. Semana passada, o líder do governo no Senado, Eurico Rezende, investiu contra um bispo chamando-o comunista, e, prontamente, foi repellido, com veemência, pelo Arcebispo de Vitória, Capital do Estado que o elegeu ao Senado. Agora, o fato volta a se repetir na Bahia. Os deputados arenistas Stoessel Dourado e Jairo Sento-Sé, que inexplicavelmente posicionaram-se contra a Comissão Parlamentar de Inquérito em formação na Assembléia Legislativa para apurar a grilagem no Estado, denunciaram o bispo de Propriá, Dom José Brandão, taxando-o de comunista. Isto porque, entre os documentos que comprovam a grilagem, encontra-se um apresentado pelo bispo relatando a grilagem no Nordeste, em particular, na Bahia.

Não se sabe se os parlamentares dispõem de elementos capazes de comprovar a grave denúncia que fizeram, como dispõe o bispo para comprovar a grilagem. Se podem respaldar com provas inequívocas, é aconselhável que o façam. O que não se pode compreender é que a denúncia tenha sido formulada no calor dos debates por um fator primário. Ambos são deputados experientes, acostumados a plenário e, além do mais, bacharéis em Direito. Como deputados conhecem a ética parlamentar e nela têm-se pautado; como advogados conhecem as leis, a Igreja como instituição e o peso da denúncia que acabaram de fazer.

Quem acompanha o noticiário político, verifica que, no Brasil, há fenômenos temporais facilmente perceptíveis por palavras que, repentinamente, entram em modismo. Uma delas é "comunista" para qualificar todos aqueles que discordam, que divergem de pontos de vista equivocadamente concebidos por alguns como intocáveis. Mas será que o problema da grilagem na Bahia é também intocável para merecer dos parlamentares tamanha radicalização? Por quê?

Final, para defenderem correligionários políticos ou amigos pessoais de acusações em nenhum momento formalizadas — porque há posses de terras legitimadas — seria muito mais próprio os deputados exaltados constituírem a comissão de inquérito que provasse a inocência dos porventura denunciados do que, sem provas na mão, investirem contra os denunciantes. A tática não é de bom advogado.

SAMUEL CELESTINO

Criada a Comissão

Depois de muitas marchas e contra-marchas, durante quase dez dias, os Deputados da Assembléia Legislativa de Salvador chegaram a um acordo: a Comissão para examinar os muitos casos de apropriação indébita de terras no Estado da Bahia seria realmente criada. O acordo foi o seguinte: o depoimento de D. José não seria tomado como base das investigações e os 18 arenistas contrários à CPI concordariam com a sua instalação.

O importante é que funcione a Comissão. O fato da grilagem na Bahia é do conhecimento geral.

D. José vai a Roma



Estará em Roma a 19 do corrente nosso Bispo Diocesano. Assistirá à solenidade da canonização de São João Nepomuceno Neumann, Redentorista, 1º santo norte-americano. Terá uma audiência com o Papa. Vai a convite da Congregação Redentorista.

Voto de desagravo ao bispo

Um voto de desagravo em favor do bispo de Propriá, D. José Brandão Costa, foi apresentado, ontem, na Câmara de Vereadores. O seu autor, vereador Newton Macedo Campos justificou o voto diante das acusações dos deputados Jairo Sento Sé e Stoessel Dourado, quando apontaram o prelado de Sergipe de comunista por ter apresentado um documento sobre a grilagem na Bahia.

Ao justificar a sua posição, o representante do MDB, fez referências ao cardeal D. Avelar Brandão Vilela, que numa entrevista concedida a "A Tarde", edição de ontem, assinala que o "D. José Brandão não é comunista e, hoje em dia, há um abuso muito grande do uso daquele termo". A TARDE

13 DE MAIO DE 1977

Gilvan Rocha, Carlos Teixeira, Guido Azevedo, Jackson Barreto e Jonas Amaral defendem bispo

O líder do MDB disse ontem que o Bispo de Propriá é apenas um homem comprometido com a doutrina cristã e por isso toma posição clara ao lado dos pobres e dos oprimidos. Essa atuação do Bispo, afirmou Guido não pode e não deve ser confundida com o comunismo, pois, ele nada mais faz do que lutar por uma justiça social legítima.

Guido afirmou que o MDB solidarizava-se com Dom José Brandão de Castro.

Para o Deputado emedebista Jackson Barreto, o Bispo de Propriá nada tem de comunista como também não têm o Bispo Casaldaliga e outros que estão sendo ultimamente identificados como agentes subversivos vestindo batinas.

JORNAL DA CIDADE - Aracaju, 18.05.77

Jonas Amaral defendeu ontem na Câmara, o Bispo de Propriá Dom José Brandão de Castro que foi acusado de ser comunista por deputados estaduais baianos. Segundo o vereador emedebista, o Bispo de Propriá é um legítimo defensor dos interesses dos humildes, dos agricultores sem terra, e por isso muitas vezes suas posições conflitam com a dos grileiros que querem explorar o trabalhador.

JORNAL DA CIDADE - Aracaju, 17.05.77

O Senador Gilvan Rocha pronunciou no Senado um vibrante discurso em defesa do nosso Bispo, logo depois que surgiram as acusações contra ele. Sua palavra de representante do povo sergipano foi acompanhada de muitas outras pelo Brasil a fora, dando ocasião a um movimento de apoio a D. José, na

imprensa, no rádio, na televisão, nas Câmaras e nas conversas do povo. O homem do campo e que saiu ganhando. E isso é o que mais importa. Queira Deus que ele vença.

ACUSAR DE COMUNISTA OU IGNORAR A REALIDADE.

Propriá (CIC) O bispo da Diocese de Propriá, SE, dom José Brandão de Castro, acusado de "comunista" ao denunciar a grilagem em terras do Nordeste, principalmente em Sergipe e Bahia, disse que as acusações dirigidas a ele não passam de uma reação normal daqueles que ignoravam e não queriam saber a realidade dos fatos. "Se minhas palavras escandalizaram é estranho, pois o que devia escandalizar são os fatos e não a sua descrição. Procurei ser apenas objetivo, colhendo a realidade objetivamente", acrescentou o Bispo.

O SR. JOSÉ CARLOS TEIXEIRA (MDB - SE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, informa o jornal O Estado de S. Paulo, edição de 12 de maio corrente, através da sucursal de Salvador, que na Assembleia Legislativa daquele Estado os Deputados Stoessel Dourado e Jairo Sento Sé, da ARENA baiana, acusaram o Bispo de Propriá, Sergipe, D. José Brandão de Castro, de subversivo, e, foram além, de comunista.

Sr. Presidente, representante da bancada sergipana, venho manifestar neste instante meu mais veemente protesto, porque esse Bispo, um mineiro a serviço de Sergipe, é homem culto, de raras qualidades como ser humano e como sacerdote, que aplica a doutrina social da Igreja, pregando seus princípios desde os primórdios de sua existência.

Acusação descabida e irresponsável como essa merece repulsa não só de minha parte, mas do MDB e dos sergipanos. D. José Brandão de Castro tem prestado a Sergipe relevantes serviços e, como afirmou o Cardeal Primaz da Bahia, "não é e nem pode ser comunista". "O problema é que, hoje em dia, estão abusando muito desta palavra", acrescentou.

A acusação decorreu do depoimento prestado por S. Ex.^a Revma. à nossa CPI - Sistema Fundiário, na qual D. José Brandão de Castro fez um retrato fiel do Nordeste, particularmente de Sergipe e da região da Bahia. E todos que conhecem a linha de orientação da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil sabem que ela funciona na base de distritos, estando Sergipe acoplado à Bahia. Em seu depoimento o Bispo relatou os problemas de terra que se verificam em várias regiões da Bahia, apresentados pelo mesmo Deputado Jairo Sento Sé perante a Comissão da Bacia do São Francisco, num simposio realizado em outubro de 1975, em Juazeiro, Bahia, e incorporados às conclusões do Simposio.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, fica, portanto, registrado aqui o meu mais veemente protesto contra tais acusações, pois, na verdade, o que o Revmo. Bispo Dom José Brandão de Castro fez foi apenas trazer à Comissão Parlamentar de Inquérito o pensamento da CNBB - Regional da Bahia e de Sergipe. Cabe aos donos de terra, aos grileiros que porventura tenham defesa a apresentar, o caminho da Justiça ou mesmo do depoimento na CPI, trazendo a prova dos fatos que alegam.

Tudo isto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é a presença do capitalismo na terra através das multinacionais e de grupos econômicos do eixo Rio-São Paulo.

E, como disse o Bispo do Acre e Purus, Presidente de Comissão Pastoral de Terra da CNBB, D. Moacyr Grecchi, ao depor na CPI das terras, na Câmara:

"A Igreja não pretende substituir as organizações trabalhistas que atuam no meio rural, nem ser um partido político, a quem cabe propor uma forma concreta de organização social à Nação e buscar os meios para executá-la."

Nós, que conhecemos de perto D. José Brandão de Castro, manifestamos, nesse instante, nossa solidariedade a S. Ex.^a Revma., expressando nossa convicção de que nada disso o impedirá de continuar dando sua orientação espiritual às classes dos trabalhadores rurais e aos pequenos proprietários sergipanos, levando até eles a presença da Igreja e a palavra dos homens que sabem o que significa a verdadeira justiça social.

Precisa o Mundo de Paz

ANTÔNIO CONDE DIAS

Por mais otimistas que queiramos ser, não podemos deixar de reconhecer que a situação mundial não é das melhores e das mais animadoras. Raro o dia em que não nos chegam notícias desfavoráveis a respeito do que ocorre em algumas regiões da terra.

Quase em vão procura a ONU resolver pelos canais diplomáticos vários e múltiplos problemas do mundo de hoje. Quase não encontram receptividade os paternais apelos de paz de Paulo VI junto aos governantes, mormente pelos que desejam conduzir os destinos dos povos pelo caminho da guerra, esquecidos talvez dos sentimentos de solidariedade humana e de fraternidade cristã.

Bem vivos deveriam estar na memória de certos estadistas os exemplos tristíssimos de 1914 e 1939. Que outros desse gênero já mais se repitam para bem e tranquilidade dos homens livres e tementes a Deus. Precisam eles viver felizes e despreocupados.

Pensar alguém em agora promover novo conflito internacional, quando o mundo não se acha ainda totalmente recuperado dos danos enormes dos anteriores, é tarefa inglória que repugna aos sentimentos ordeiros e pacíficos dos cristãos e dos homens de boa vontade. Todos desejam um mundo melhor e mais pacífico.

Precisam realmente as nações de uma paz justa, construtiva e duradoura para que possam alcançar pleno desenvolvimento social, econômico e cultural. Tudo se perde e nada de positivo se realiza em clima de agitação, de violência, de desordem, de malquerença. Só amor constrói para a eternidade, com razão já se disse

Peçamos a Cristo, o Príncipe da Paz, esclareça e oriente, ilumine e inspire a mente dos dirigentes das superpotências, responsáveis pelo curso da história, para que possam conduzir os homens pela trilha do entendimento e da compreensão, da fraternidade e da justiça social, do diálogo construtivo e constante.

CASA SOUZA

PIONEIRA DO COMÉRCIO NEOPOLITANO
Venda em grosso e a varejo, a vista e a longo prazo.

Tudo para V. Sa. e seu lar - Aparelhos domésticos, louças, vidros, rádio, máquinas de costura "VIGORELLI" e "LEONAR", seloque de calçados, tecidos e artigos de armarinho, perfumes, doces, conservas, bebidas, biscoitos, produtos farmacêuticos e muitas outras originais sendo ainda

CONCESSIONÁRIA DA SERGIPE GAS.
Preços, visando o lucro honesto

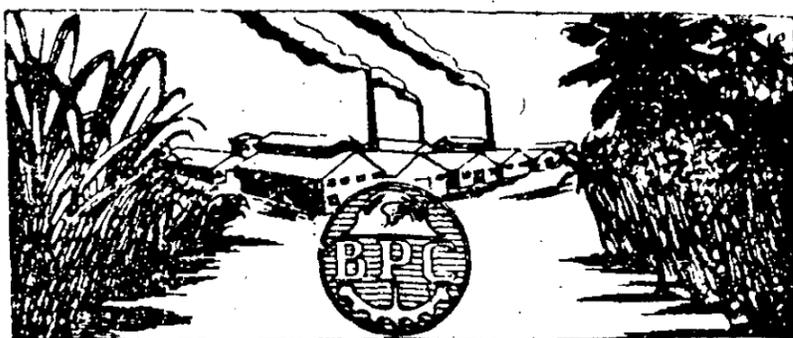
Sua casa e sua bolsa dizem. NÃO PENSE, PEÇA!

Não pense, não pare,
não pare, não entre,
não entre, não compre,
não compre, não pague!

PRACA GENERAL VALADÃO, 203
- Fone 401.
End. Tel. JOBEZA
49980 NEÓPOLIS - SERGIPE

LEIA E ASSINE 'A DEFESA'

BANCO DA PRODUÇÃO E COMÉRCIO S.A.



Um Banco Sergipano às suas ordens

RUA JOÃO PESSOA, 274
Telegrames: CREDITO
ARACAJU - SERGIPE
AGÊNCIAS
URUBAMA "S. ZENBA"
RUA STA. ROSA, 65
ARACAJU

ITANAMBÁ - SERGIPE
LAGO SANTO ANTONIO, 5
PROPRIÁ - SERGIPE
AV. AUGUSTO MAYNARD, 196
BRASÃO DEAS - SERGIPE
AV. CORNEL LONOLA, 87

ESTÂNCIA - SERGIPE
Praça 24 de Outubro, 8/8

Posto São José

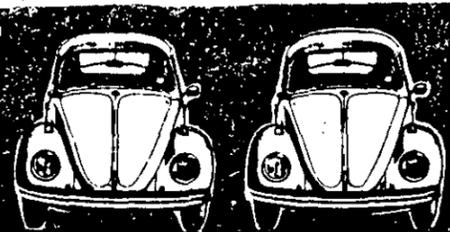
A CONVERGÊNCIA DO BOM GOSTO

Gasolina - Óleo Diesel - Lubrificantes
Peças - Acessórios - Lavagens em geral

Serviços de Cortada:

Troca de Aícos - Calibragem de pneus
Estracionamento coberto

No Centro Comercial de Propriá - 88





DOM AVELAR FALA DAS ACUSAÇÕES

AO BISPO DE PROPRIÁ

O cardeal Brandão Vilela, em nota distribuída à imprensa, voltou a comentar o caso do bispo dom José Brandão de Castro, de Propriá, apontado como comunista pelos deputados baianos Jairo Sento Sé e Stoessel Dourado, por ter denunciado grilagem na região do São Francisco.

O Arcebispo da Bahia afirmou que "o problema da terra-homem merece a atenção, o estudo e a contribuição de todas as pessoas e entidades capazes de compreender o valor dos direitos humanos".

A NOTA

É a seguinte a nota distribuída à imprensa pelo cardeal Brandão Vilela:

"Dom José Brandão de Castro, bispo de Propriá, foi convidado a depor na CPI do Congresso Nacional, e apresentou um vasto documentário sobre o fenômeno social da grilagem no Nordeste, especialmente na Bahia.

Aqui, na Assembléia Estadual, levantou-se a idéia de uma CPI para examinar o problema. Em meio às discussões dos senhores deputados, alguns chegaram a taxar o Sr. Bispo de Propriá de "comunista".

Estão abusando da expressão — comunista — que se emprega hoje a torto e a direito. Qualquer discordância de ordem ideológica, de natureza política, de inter-

pretação no campo da economia, passa logo a ser identificada como doutrina comunista ou atitude própria de comunista.

Tal procedimento, ao invés de criar indisposição contra o comunismo está, pelo contrário, lamentavelmente, favorecendo a sua causa.

Dom José Brandão de Castro não é comunista. Pode-se discordar de suas posições, mas não se pode ferir a autenticidade de seu cristianismo.

Quanto às denúncias que faz, com citações explícitas e por vezes contundentes, o melhor caminho será o de proceder-se a uma verificação exaustiva da situação.

Se os fatos denunciados forem verdadeiros, restaria ainda para os acusados a interpretação de suas causas e efeitos.

Se não forem reais, caberia ao Sr. Bispo restabelecer a verdade perante a opinião pública, porque, acredito piamente, sua intenção não foi a de caluniar, mas a de denunciar situações injustas.

Quanto ao seu estilo de fazer denúncias, trata-se evidentemente de uma metodologia que atende ao seu gosto peculiar.

A verdade, porém, é que o problema da terra-homem merece a atenção, o estudo e a contribuição de todas as pessoas e entidades capazes de compreender o valor dos direitos humanos".

MENSAGEIRO - Salvador - Bahia

MAIS UM BISPO COMUNISTA ?

Oswaldo, Freitas

Desta vez o acusado é D. José Brandão, bispo de Propriá, Sergipe. Sobre ele já fiz um artigo, há meses e publiquei sua poesia «Eu quero a terra». Lembram-se? Eu quero a terra, mas sem violência. Isso é linguagem de comunista? Não quero ver crescer a minha roça no rasto ensanguentado de um irmão. É essa a linguagem marxista?

O acusador é o deputado baiano, arenista Stoessel Dourado. Pode ser que ele esteja acusando de boa fé, mas dentro dessa boa fé há uma farta dose de má informação, e um homem público não tem o direito de ser tão mal informado assim.

D. José esteve comigo recentemente, jantou em minha casa, levei-o até Aparecida. Batemos um bom papo. Foi meu colega de seminário em Congonhas (Minas Gerais), há 40 anos, hoje é redentorista e bispo. Chamado a Brasília para prestar depoimentos na CPI na Câmara Federal sobre o problema de terras, lá compareceu e disse o que sua consciência exigia. Agora é acusado de comunista por causa das declarações prestadas na CPI.

Será que esses deputados não entendem que assim, em vez de combater o comunismo estão a ajudá-lo?

Na Assembléia Geral dos Bispos, em Itaici, D. José Brandão teve atuação destacada, seu nome figurou na imprensa várias vezes. A Assembléia foi um acontecimento marcante, principalmente pela unidade do clero ali reunido. Terminada a reunião, vem D. Sigaud e faz, fora dela, sua infeliz acusação a dois irmãos. Muitos católicos se calam perante tais acusações, e estão certos, não lhes cabe a obrigação de tomarem a defesa. Eu fiz um artigo em defesa dos acusados e também estou certo: minha consciência o exigia.

Errados, completamente errados, em posição indefensável estão aqueles que se dizem católicos e, depois de silenciarem quando os bispos foram torpemente acusados, gritaram quando os viram defendidos. Houve até quem protestasse contra o proprietário do jornal por dar acolhida a meus artigos.

Amigos leitores, não fiz ainda a defesa de D. José Brandão, nem sei se irei fazê-la, ele não precisa disso. É um homem piedoso, devotado à sua diocese e aos seus diocesanos, professor em vários estabelecimentos religiosos de ensino, autor de livros piedosos, agora mesmo está no prelo, em Aparecida, na mesma gráfica que se encontra minha Corografia Física de Lorena, seu livro «Vida de São Geraldo».

Quem conhece um homem desses e o vê taxado de comunista pode até pensar que o comunismo seja coisa boa. Nós sabemos que não é, a doutrina vermelha é inaceitável para um cristão. Então é preciso parar com essas acusações tolas e contraproducentes, que não fazem honra à inteligência de quem as endossa. O clero em peso está ao lado dos acusados, não chega a um por cento o número de bispos que fazem ou aceitam tais acusações.

Mas o que ainda pode espantar nesse terreno, quando o próprio papa já foi mais de uma vez posto em suspeição? Risum teneatis...

do Jornal Guaypacaré

Lorena -SP.

21/05/77

NÃO SOU COMUNISTA



não se admite de forma alguma que se diga que um Bispo seja comunista. O comunismo é ateu. Como um Bispo cristão, católico, apostólico romano pode ser ateu? É contradição nos próprios termos. Porém, esta palavra COMUNISTA equivale nos lábios de muita gente a um nome feio, sabe? É por isso que dizem.

T.A. — Desculpe-me, mais ainda há outra pergunta...

D.JB. — Pode fazer, pode fazer...

T.A. — Como o senhor está reagindo a estas acusações?

D.JB. — Eu me conservo, plenamente, tranquilo, porque diante de Deus eu posso declarar que eu não sou comunista. Estas reações, porém, me causam uma profunda estranheza. A mim me parece que o pessoal não devia, assim, se escandalizar com as minhas palavras na comissão parlamentar de inquérito, mas devia se escandalizar com os fatos que minhas palavras procuraram, palidamente, descrever. Eu estou, plenamente tranquilo, procurei ser objetivo, imparcial, se as vezes eu pareci duro é porque a realidade é muito mais dura que as minhas palavras. Eu queria também, dizer que a minha presença na CPI da terra não foi uma escolha de minha parte. Eu fui convidado pela Comissão Pastoral da Terra, de nível nacional, para representar todo o Nordeste do País e, portanto, foi nessa qualidade que eu compareci à CPI sobre o Sistema Fundiário.

CHAMAR DE "COMUNISTA" NADA VALE

Em todos os tempos, sempre houve as incompreensões, as dúvidas, as maledicências.

Atitudes, palavras, gestos, manifestados no momento oportuno, mas que venham contrariar interesses e planos de alguém ou de muitos, são considerados, de logo, suspeitos e prejudiciais. Por isso são "brindados" com os epítetos, os mais estranhos e descabidos possíveis.

Geralmente, pelos tempos a fora, essas atitudes foram qualificadas ou tachadas com vocábulos esquisitos e os mais feios da época. E, como diz o povo, a história se repete...

Agora mesmo, está muito em voga chamar de "comunista" qualquer pessoa que não esteja ao lado de determinados princípios ou tradições convencionais.

Ficar em defesa dos pobres e injustiçados — é ser comunista.

Ficar ao lado dos mais humildes e dos velhos desamparados — é ser comunista.

Ficar indignado com as usurpações e as apropriações indebitas — só pode ser comunista.

E assim hoje a palavra "comunista" é muito vulgar e serve até para escandalizar pessoas simples e humildes, e para esconder segun-

das intenções.

Apelidando qualquer desafeto de "comunista", como antes o chamaram de "filho da mãe", muitos, na verdade, estão é reagindo em defesa própria ou de alguma coisa se cobrindo!

Provavelmente, a serviço também de terceiros com propósitos conhecidos ou inconfessáveis, dado o emprego intencional e abusivo que se faz dessa palavra.

Afinal de contas, essa expressão — muito badalada hoje em dia — na da representa e nada vale.